

LEITURA DAS CONDIÇÕES HUMANAS E SOCIAIS DE VIDA NAS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO IMEDIATA DE MARINGÁ – PR

João Pedro ZAMBON¹

Angela Maria ENDLICH²

RESUMO

O artigo tem como objetivo realizar uma leitura das condições humanas e sociais de vida nas pequenas cidades da Região Imediata de Maringá (PR), utilizando indicadores como o Índice de Gini, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A pesquisa abrange o período de 2000 e 2010, baseando-se nos dados mais atualizados disponíveis. A estrutura inclui uma seção dedicada aos indicadores, explicando suas relevâncias e a escolha da terminologia "condições humanas e sociais de vida". Em seguida, realiza-se uma leitura regional por meio de mapas temáticos, complementada por um quadro-resumo que destaca os municípios com os melhores e piores desempenhos em cada indicador. As conclusões enfatizam a necessidade de políticas públicas integradas para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida nas cidades da região, além de propor futuras pesquisas para aprofundar o entendimento sobre as condições sociais e econômicas dessas localidades, ampliando o conhecimento e a formulação de estratégias mais eficazes.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Desenvolvimento Regional. Qualidade de Vida.

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE-UEM).

² Docente no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

READING HUMAN AND SOCIAL LIVING CONDITIONS IN SMALL CITIES IN THE IMMEDIATE REGION OF MARINGÁ – PR

ABSTRACT

The article aims to carry out a reading of the human and social conditions of life in small cities in the Immediate Region of Maringá (PR), using indicators such as the Gini Index, Gross Domestic Product (GDP) per capita, Social Vulnerability Index (IVS) and Municipal Human Development Index (IDHM). The research covers the period 2000 and 2010, based on the most up-to-date data available. The structure includes a section dedicated to indicators, explaining their relevance and the choice of terminology "human and social living conditions". Next, a regional reading is carried out using thematic maps, complemented by a summary table that highlights the municipalities with the best and worst performances in each indicator. The conclusions emphasize the need for integrated public policies to reduce inequalities and improve the quality of life in cities in the region, in addition to proposing future research to deepen understanding of the social and economic conditions of these locations, expanding knowledge and formulating strategies more effective.

Keywords: Social Indicators. Regional Development. Quality of Life.

1 INTRODUÇÃO

Espaços evidenciados por contrastes sociais. Essa é uma característica marcante dos diversos tipos de cidades, sejam elas, grandes, médias ou pequenas. Notadamente, percebe-se que os estudos urbanos priorizam a princípio cidades maiores por serem áreas onde os problemas sociais são mais evidentes. Contudo, será que as pequenas cidades estão longe destes problemas? Ou por terem um porte menor, os problemas são proporcionalmente menos evidentes e ignorados? Quais as condições humanas e sociais de vida dos moradores que residem nestas localidades?

Este artigo, que faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, buscou se aprofundar na leitura do Índice de Gini, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM das pequenas cidades da Região Imediata (RGI) de Maringá, a fim de identificar quais os melhores e piores municípios em relação as condições humanas e sociais de vida. A escala temporal adotada foi de 2000 e 2010, visto que com exceção do PIB per capita, são os dados mais recentes disponibilizados. A escolha da RGI de Maringá como área de estudo permitiu um recorte regional mais específico para essa leitura, destacando tanto municípios pequenos demograficamente quanto os de maior porte.

Os dados obtidos para confecção do material cartográfico foram organizados e disponibilizados à pesquisa pela Rede Mikripoli, composta por pesquisadores empenhados na discussão de temas relacionados às pequenas cidades no contexto brasileiro e que possuem uma base de dados em comum.

Além da introdução, o artigo segue uma estruturação composta pela seção de indicadores, que destaca suas relevâncias para o estudo em questão e a terminologia adotada de condições humanas e sociais de vida. Prosseguindo para a leitura regional, no qual ocorre uma breve descrição acerca dos indicadores selecionados e uma leitura dos dados através de mapas confeccionados pelo sistema de informação geográfica *QGIS*. Na seção seguinte, são discutidas as perspectivas provenientes da leitura dos dados, além da apresentação de um quadro resumo que evidencia os melhores e piores municípios de acordo com cada indicador. Enquanto as considerações finais apresentam reflexões sobre o estudo, incluindo sugestões para pesquisas futuras e implicações práticas dos dados encontrados.

2 INDICADORES E AS CONDIÇÕES HUMANAS E SOCIAIS DE VIDA

De acordo com a análise de Godoy e Soares (2018), a literatura especializada sobre indicadores, englobando diversas categorias como sociais, socioeconômicos e socioespaciais, é notavelmente extensa e abrange múltiplas áreas do conhecimento. Este *corpus* literário, contudo, caracteriza-se por sua frequente apresentação de divergências, o que reflete uma carência histórica na construção de uma Teoria dos Indicadores Sociais, por exemplo. A ausência dessa estrutura teórica é um ponto crucial que tem suscitado considerável atenção e reflexão pelas diversas áreas que os empregam em suas variadas formas, tanto nas disciplinas das ciências humanas quanto nas ciências exatas evidenciando uma adoção de abordagens multidisciplinares.

O termo "indicador social", conforme abordado por Jannuzzi (2001), refere-se a uma ferramenta de mensuração comumente expressa numericamente, no qual desempenham o papel de substituir, quantificar ou operacionalizar conceitos sociais abstratos que possuem relevância tanto do ponto de vista teórico, para a pesquisa acadêmica, quanto do ponto de vista programático, no contexto da formulação de políticas públicas.

Milléo (2005), enfatiza que no âmbito da Geografia, os indicadores sociais permanecem como um campo pouco explorado, possivelmente porque são percebidos como meras representações do existente, e não como agentes criadores de uma nova realidade ao influenciar ações futuras e ao moldar identidades, ao mesmo tempo que podem destruir outras. O autor argumenta que estes indicadores transcendem a simples estatística, constituindo elementos fundamentais de um modelo de sistema social e desempenhando um papel crucial na construção da realidade social, ressaltando que estes não apenas refletem a realidade, mas também incorporam as interpretações e intenções da sociedade que os elabora.

Orsi (2009), destaca a possibilidade de que o uso indiscriminado de indicadores ou índices possa criar uma "cortina de fumaça", ocultando aspectos importantes de uma realidade específica. Diante do exposto, percebe-se a relevância de sua utilização na Geografia, desafiando interpretações simplistas e ressaltando a necessidade de considerar as complexidades da realidade social ao empregar tais indicadores.

A terminologia adotada neste trabalho de "Condições Humanas e Sociais de Vida" refere-se ao conjunto de indicadores escolhidos que avaliam aspectos fundamentais que influenciam a qualidade de vida de uma população. Esses indicadores não apenas medem o desenvolvimento

econômico de uma região, mas também o bem-estar das pessoas, considerando variáveis como distribuição de renda, acesso a serviços essenciais, saúde, educação e vulnerabilidade social, enfatizando uma visão em relação a qualidade de vida que vai além de números econômicos ou produtivos.

Dessa forma, cada um dos indicadores abordados oferece uma leitura sobre aspectos cruciais da vida humana e social, como: o Índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, indicando como a riqueza gerada está sendo distribuída entre os cidadãos; o IVS, que avalia o nível de vulnerabilidade social, identificando grupos e regiões que estão mais expostos à pobreza e à exclusão social; o IDHM, que apresenta uma síntese das condições de saúde, educação e renda da população, dando uma visão do desenvolvimento humano municipal; e o PIB per capita, que divide o total dos bens e serviços produzidos pela população de uma área, fornecendo uma visão de quanto cada indivíduo receberia se a riqueza fosse distribuída igualmente.

Portanto, esses indicadores formam um retrato das "Condições Humanas e Sociais de Vida", pois permitem identificar não apenas o desenvolvimento material, mas também as desigualdades e vulnerabilidades que afetam diretamente a vida cotidiana das pessoas.

3 LEITURA REGIONAL

As abordagens regionais desempenham um papel fundamental ao oferecer uma compreensão mais aprofundada das diferentes áreas, o que por sua vez, simplifica a formulação de ações governamentais direcionadas para aprimorar tanto a dimensão social quanto econômica do país. Este recorte adotado ao estudo desempenha um papel essencial no processo de desenvolvimento ao permitir a identificação mais precisa de problemas específicos, ao segmentar as atividades governamentais de acordo com as particularidades de cada região e ao viabilizar a integração de projetos de âmbito local (Gotardo, 2015).

Os modelos de Divisão Regional do Brasil ao longo do Século XX enfrentaram desafios metodológicos e se adaptaram às diferentes fases de construção institucional. Esses modelos incluem as Zonas Fisiográficas, Microrregiões Homogêneas, Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, além das atuais Regiões Intermediárias e Imediatas. Cada modelo reflete as

influências das épocas em que foram criados, buscando enfrentar os desafios técnicos de definir regiões em um território complexo como o brasileiro (IBGE, 2017).

A categorização das Regiões Geográficas Imediatas, recorte de estudo dessa pesquisa, é baseada em centros urbanos que atendem às necessidades imediatas da população. A criação da RGI de Maringá pelo IBGE, representa um esforço para melhor compreender e administrar as dinâmicas regionais, reconhecendo a centralidade e a influência da cidade de Maringá e suas áreas circundantes, através de uma delimitação mais precisa e adequada (Endlich; Alves; Teixeira, 2023).

Conforme pode ser observado na Figura 1, a RGI de Maringá é composta por 23 municípios, destes, 21 se enquadram na categorização de pequenas cidades impostas para este estudo, ficando de fora desta classificação apenas Maringá e Sarandi.

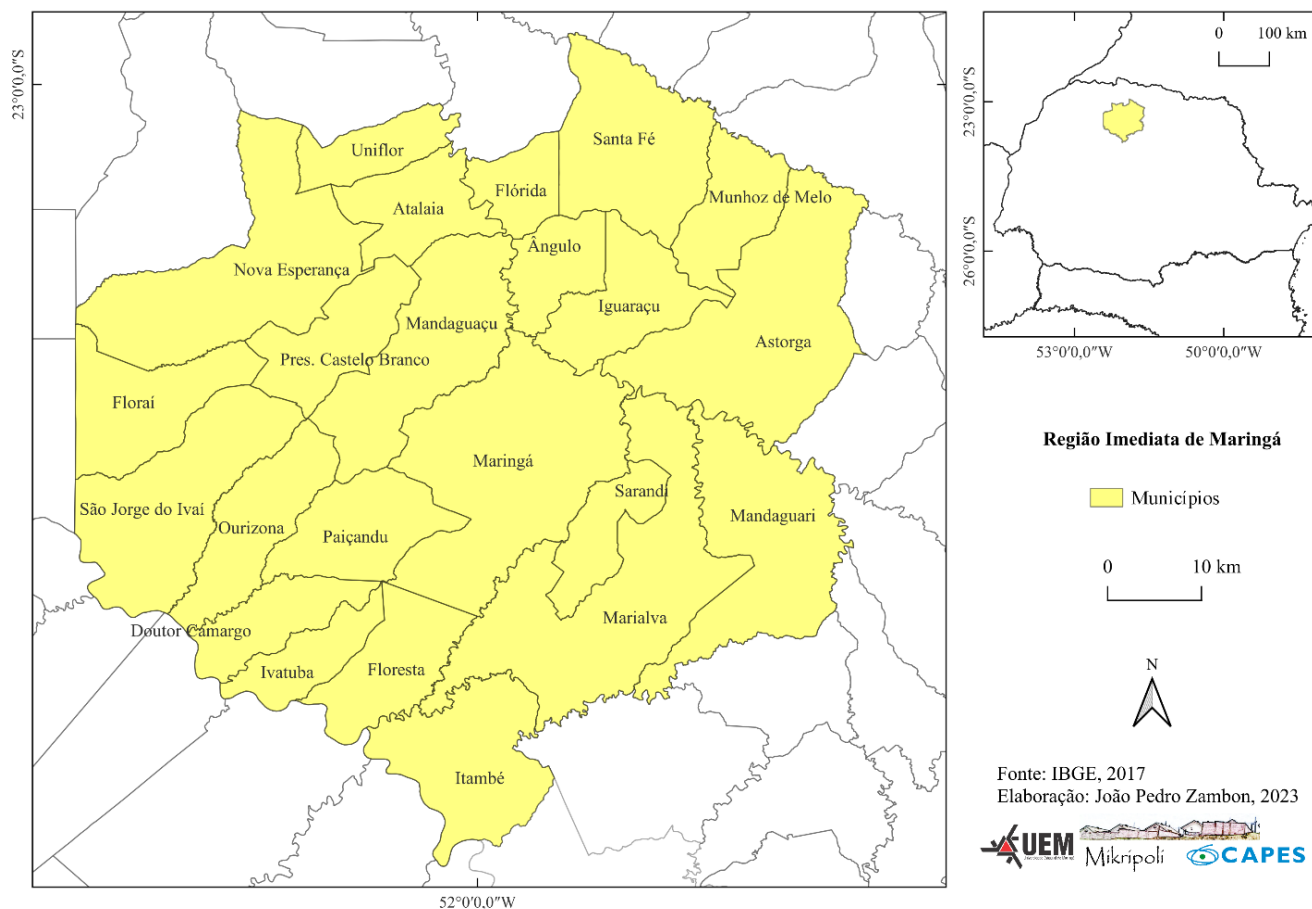


Figura 1 - RGI de Maringá, Localização e Municípios, 2023

Fonte: IBGE (2022).

Percebe-se que não há um acordo unânime em relação ao parâmetro demográfico a ser utilizado como referência para uma pequena cidade, uma vez que essa definição é moldada conforme a região e o conjunto de cidades que integram as redes urbanas em análise, no qual além da flexibilização na classificação, torna-se necessário estabelecer áreas comparáveis ou identificar critérios comuns que possam servir como referência (Desmarais, 1984). Contudo, destaca-se que entre os pesquisadores brasileiros, o critério predominante tem sido o recorte dos municípios com população total inferior a 50 mil habitantes (Mikripoli, 2021). Dessa forma, este, tornou-se o critério adotado para trabalhar com essa região.

Vale ressaltar que, embora os municípios de Maringá e Sarandi não se enquadrem no critério estabelecido de pequenas cidades, ambos foram incluídos na análise por estarem situados na área de estudo. Portanto, a análise abrange a região como um todo, mas com um enfoque específico nas cidades de menor porte.

Diante do exposto, este tópico aborda os indicadores selecionados, os produtos cartográficos gerados e suas respectivas leituras acerca das condições humanas e sociais de vida nos municípios da RGI de Maringá.

3.1 ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini, concebido pelo matemático Conrado Gini, é um instrumento que mede a concentração de renda em um grupo específico, destacando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente variando de zero a um, o valor zero representa igualdade total, enquanto o valor um indica completa desigualdade (IPEA, 2004).

Os dados apresentados a seguir são relativos ao Índice de Gini da renda domiciliar per capita por município de 2000 e 2010 dos municípios da Região Imediata de Maringá. Eles foram obtidos a partir do banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – Datasus e processados pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Para visualizá-los por meio de mapas, adotou-se a técnica de quebras suaves, escolhendo manualmente as classes para garantir intervalos iguais em ambos os anos, facilitando a comparação.

A Figura 2 apresenta o mapa de Gini para os municípios da RGI de Maringá no ano de 2000. Neste período, destaca-se a ausência de municípios na faixa de 0,364 a 0,384. Em contrapartida, Floresta, Paiçandu, Floraí, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Uniflor, Flórida e

Sarandi compreendem a faixa de 0,384 a 0,504, indicando um nível moderado de desigualdade. Santa Fé, Iguaraçu, Mandaguari, Mandaguaçu, Ourizona e Nova Esperança apresentam índices de 0,504 a 0,524, sinalizando uma intensificação da desigualdade, enquanto a maior disparidade, caracterizada por variações de 0,524 a 0,584, é evidenciada em Munhoz de Mello, Ângulo, Astorga, Marialva, Itambé, Ivatuba, Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí e Maringá.

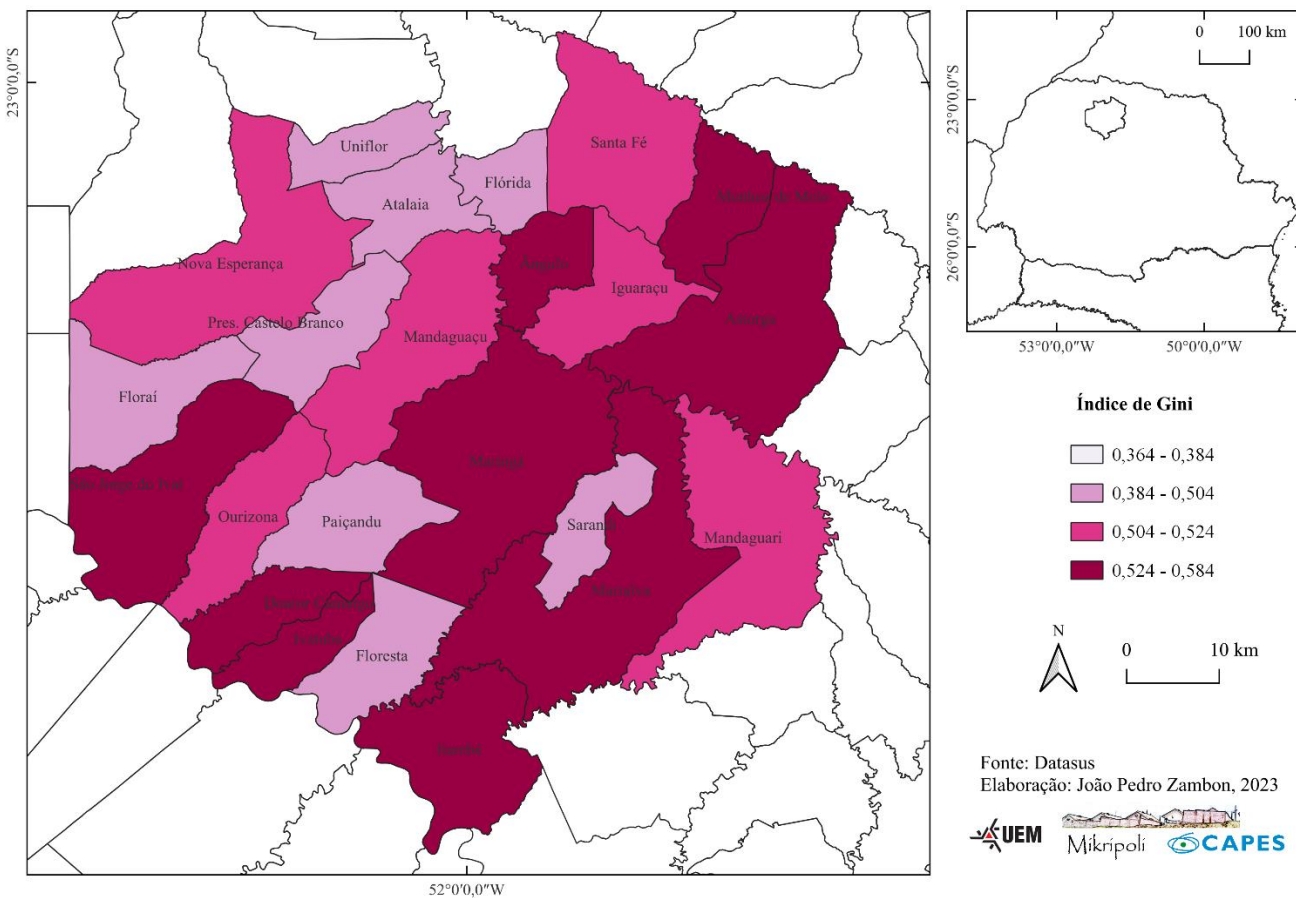


Figura 2 - RGI de Maringá, Índice de Gini, 2000

Fonte: Datasus (2000).

Em contrapartida, em 2010, observa-se uma significativa alteração nesse panorama. Municípios como Uniflor, Paiçandu, Floresta e Itambé neste período registraram os menores índices de desigualdade, variando de 0,364 a 0,384. Com exceção de Astorga, que apresenta a maior disparidade isolada com um índice entre 0,504 e 0,524, todos os outros municípios da região se enquadram na faixa de 0,384 a 0,504, conforme mostra a Figura 3.

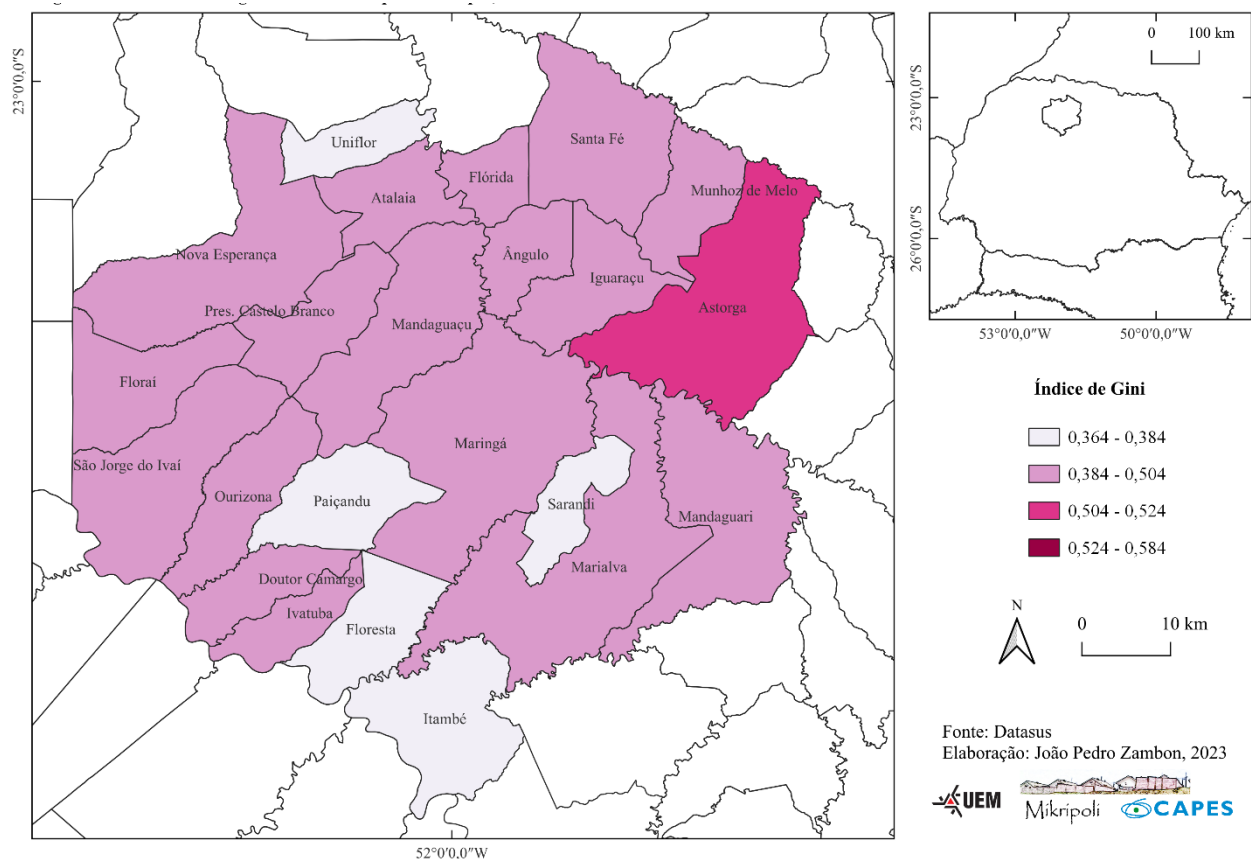


Figura 3 - RGI de Maringá, Índice de Gini, 2010

Fonte: Datasus (2010).

A análise dos índices de Gini dos municípios da RGI de Maringá, entre 2000 e 2010, revelou transformações notáveis na distribuição de renda. Em 2000, destaca-se a intensidade da desigualdade, com municípios apresentando diferentes níveis, desde moderados até significativos. Já em 2010, percebe-se uma alteração marcante, com alguns municípios registrando uma diminuição considerável na desigualdade, enquanto outros mantêm ou até ampliam suas disparidades, como exemplificado por Astorga. Essas mudanças podem refletir dinâmicas socioeconômicas ao longo da década, destacando a relevância de políticas públicas eficazes na busca por uma distribuição mais equitativa de renda. No entanto, é necessário realizar uma análise mais aprofundada para compreender as razões por trás dessas variações para orientar estratégias de desenvolvimento econômico e social, visando à construção de uma sociedade mais justa e equidosa.

3.2 PIB PER CAPITA

O cálculo do PIB per capita, que divide o total dos bens e serviços produzidos pela população de uma área, fornece uma visão de quanto cada indivíduo receberia se a riqueza fosse distribuída igualmente. Contudo, durante a análise dos dados por meio de mapas, notou-se uma oscilação expressiva, levando à adoção de classes específicas com base no método do quartil. Este método, que divide uma amostra de dados em quatro partes iguais, é utilizado para avaliar a dispersão e a tendência central de um conjunto de dados, que neste caso, proporcionaram uma visão mais detalhada das variações, permitindo uma análise mais precisa das mudanças ao longo do tempo e simplificando a comparação entre diferentes intervalos.

Em 2000, ao examinar o PIB per capita através do mapa apresentado na Figura 4, notam-se variações significativas entre os municípios da região.

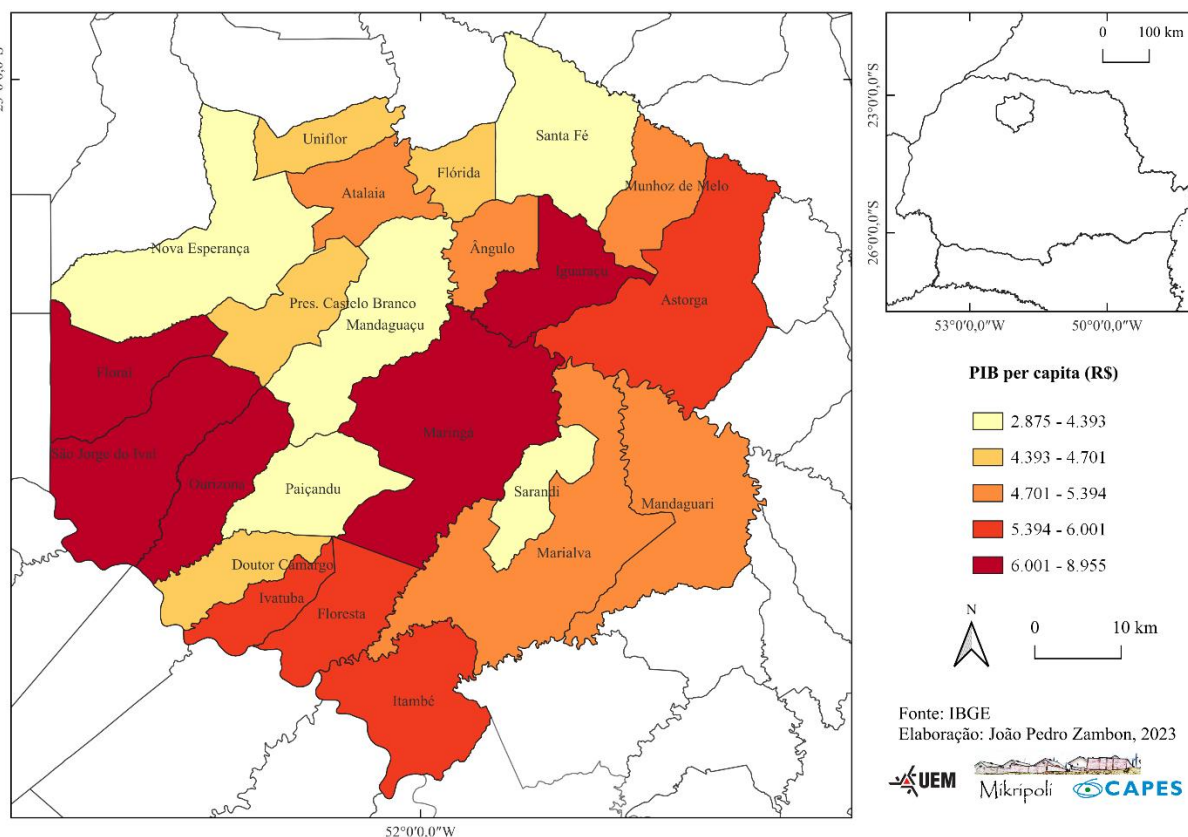


Figura 4 - RGI de Maringá, PIB per capita 2000

Fonte: IBGE (2000).

Santa Fé, Nova Esperança, Mandaguaçu, Paiçandu e Sarandi surgiram com os menores valores, variando de R\$ 2.875 a R\$ 4.393. Em seguida, Uniflor, Flórida, Presidente Castelo Branco e Doutor Camargo compuseram a faixa subsequente, abrangendo valores entre R\$ 4.393 e R\$ 4.701. Na faixa seguinte, de R\$ 4.701 a R\$ 5.394, e posteriormente, Atalaia, Ângulo, Munhoz de Mello, Mandaguari e Marialva com variações entre R\$ 4.701 e R\$ 5.394. Na faixa de R\$ 5.394 a R\$ 6.001, encontram-se os municípios de Astorga, Itambé, Floresta e Ivatuba. Maringá, Iguaraçu, Floraí, São Jorge do Ivaí e Ourizona destacaram-se com o PIB per capita mais elevado, variando de R\$ 6.001 a R\$ 8.955

A Figura 5 destaca o PIB per capita nos municípios da Região Imediata de Maringá no ano de 2010.

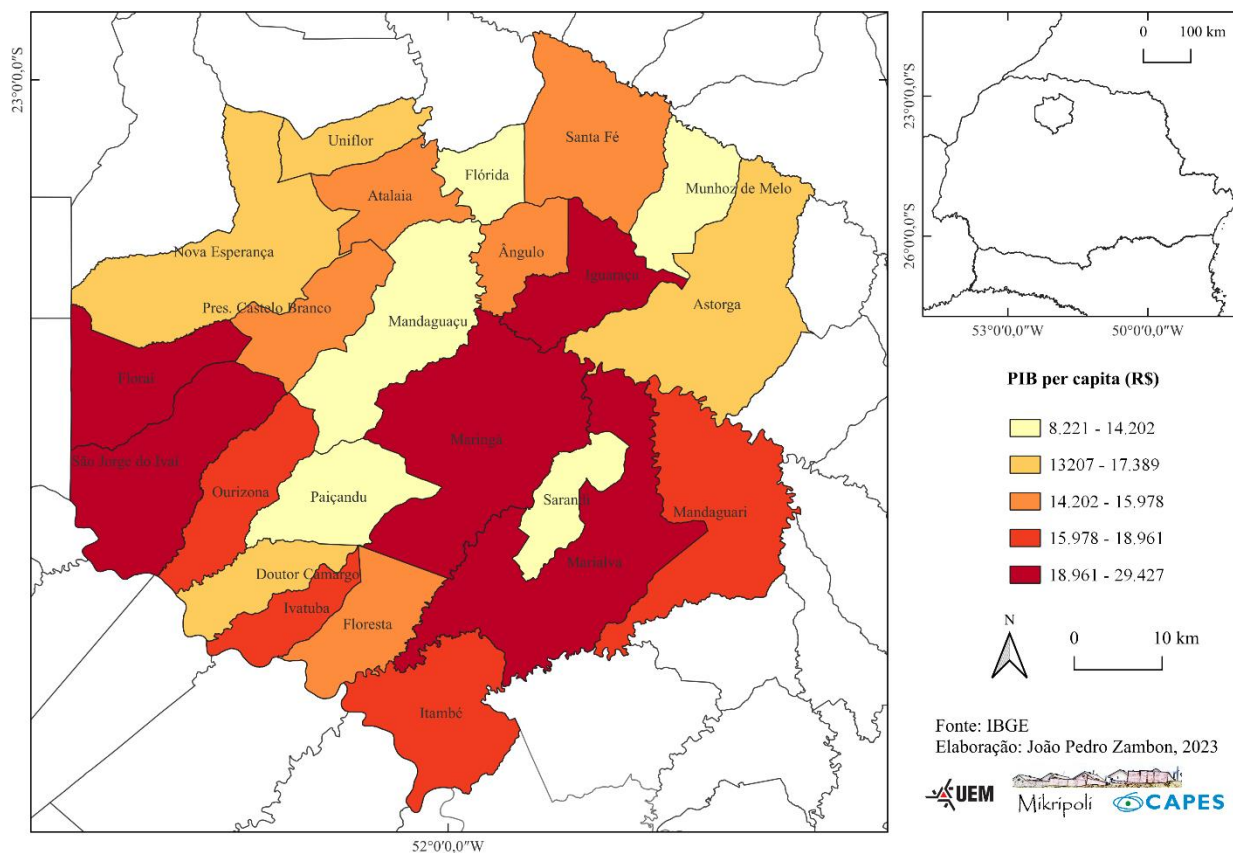


Figura 5 - RGI de Maringá, PIB per capita 2010

Fonte: IBGE (2010).

Neste ano, a classe de menor magnitude abrange valores de R\$ 8.221 a R\$ 14.202, incluindo os municípios Munhoz de Mello, Flórida, Mandaguaçu, Paiçandu e Sarandi. Na classe subsequente,

encontram-se os municípios de Uniflor, Nova Esperança, Astorga e Doutor Camargo, com o PIB per capita variando entre R\$ 13.207 e R\$ 17.389. Prosseguindo, na faixa de R\$ 14.202 a R\$ 15.978, situam-se os municípios de Santa Fé, Ângulo, Atalaia, Floresta e Presidente Castelo Branco, seguidos de Mandaguari, Itambé, Ivatuba e Ourizona com valores de R\$ 15.978 a R\$ 18.961. Maringá, São Jorge do Ivaí, Floraí e Iguaraçu, assim como em 2000, possuem os maiores índices de PIB per capita da região, variando de R\$ 18.961 a R\$ 29.427 em 2010. Além disso, há a inclusão de Marialva neste grupo de maior destaque.

As informações apresentadas tornam-se necessárias para compreensão não apenas do crescimento econômico, mas também das disparidades sociais que podem surgir em demais contextos. Em geral, dentre os municípios que mais cresceram na região, destacou-se Maringá, Iguaraçu, Floraí, São Jorge do Ivaí e Marialva. Ambos se mantiveram nas faixas de PIB per capita mais elevado ou na faixa anterior, evidenciando um crescimento econômico consistente ao longo dos anos. Por outro lado, municípios como Paiçandu, Mandaguaçu e Sarandi apresentaram os menores índices de crescimento, indicando possíveis desafios econômicos e sociais.

3.3 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL – IVS

Com objetivo de fornecer suporte aos gestores de políticas públicas, o Ipea elaborou um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) específico para os municípios brasileiros, construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH), e que busca destacar diversas situações que indicam exclusão e vulnerabilidade social no território nacional. Este índice, sintético e complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incorpora dezesseis indicadores estruturados em três dimensões.

A primeira dimensão é a Infraestrutura Urbana, que analisa as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e mobilidade urbana, incorporando indicadores como a presença de redes de abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário, coleta de lixo e o tempo gasto no deslocamento entre moradia e trabalho; a segunda é o Capital Humano, que considera saúde e educação como fatores determinantes da inclusão social; a terceira dimensão é a de Renda e Trabalho, no qual inclui indicadores de insuficiência de renda, desocupação de adultos, ocupação informal de adultos pouco escolarizados, dependência em relação à renda de pessoas idosas e a presença de trabalho infantil (IPEA, 2015).

A construção do IVS envolve a média aritmética destes três subíndices ponderados igualmente, no qual os dezesseis indicadores, derivados dos censos demográficos do IBGE nos anos 2000 e 2010, foram utilizados para calcular as três dimensões, cada uma com seus respectivos pesos, culminando no IVS final que pode variar de zero a um. Os valores próximos a um indicam uma maior vulnerabilidade social. Entre 0 e 0,200 muito baixa; entre 0,201 e 0,300 baixa; de 0,301 a 0,400 é categorizado como média vulnerabilidade; enquanto de 0,401 a 0,500 é classificado como alta; e qualquer valor entre 0,501 e 1 enquadrasse na faixa de vulnerabilidade social muito alta (IPEA, 2015).

Os mapas a seguir foram representados através das cores e classes determinadas pelo próprio índice. Em 2000, como mostra a Figura 6, os municípios de Maringá, Mandaguáçu, Presidente Castelo Branco, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Floresta, Marialva e Florida, retratados pela cor azul clara, apresentaram baixa vulnerabilidade, variando de 0,2 a 0,3.

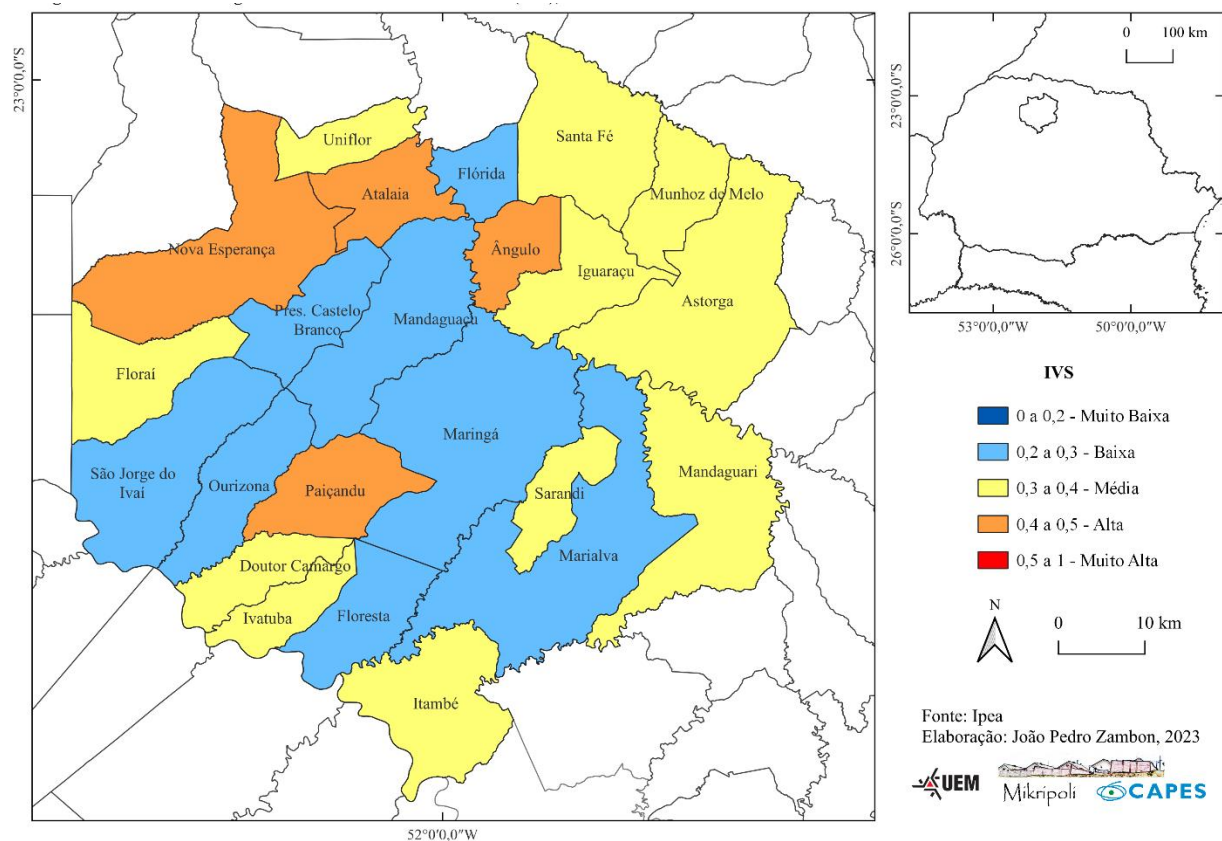


Figura 6 - RGI de Maringá, IVS, 2000

Fonte: Ipea (2000).

A faixa de vulnerabilidade média (0,3 a 0,4), caracterizada pela cor amarela, incluiu os municípios de Sarandi, Mandaguari, Astorga, Iguaraçu, Munhoz de Melo, Santa Fé, Uniflor, Florai, Doutor Camargo, Ivatuba e Itambé. Enquanto os índices mais altos (0,4 a 0,5), foram representados pela cor laranja, e destacam os municípios de Nova Esperança, Atalaia, Ângulo e Paiçandu. Neste ano, nenhum município figurou as classes de vulnerabilidade muito baixa (0 a 0,2) e muito alta (0,5 a 1).

Em 2010, conforme mostra a Figura 7, há uma melhora significativa nos índices de vulnerabilidade social da região.

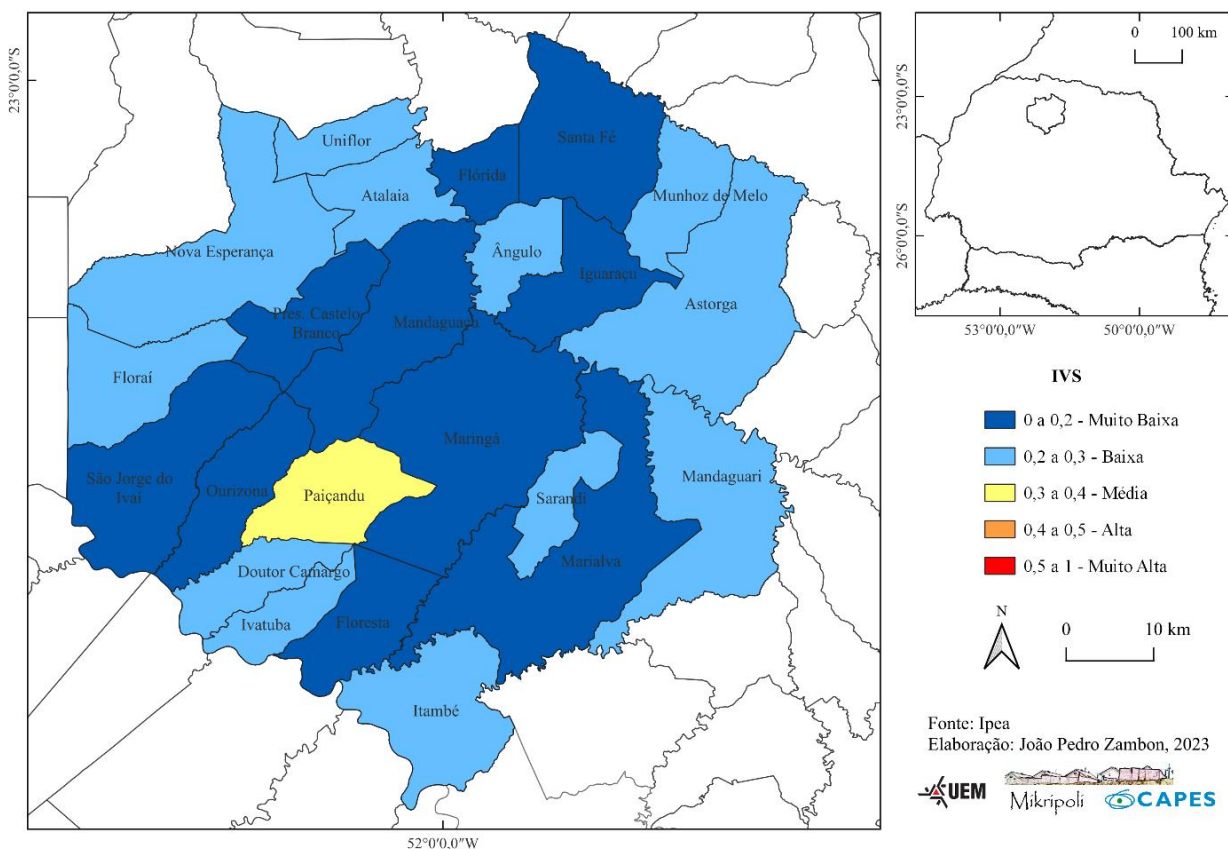


Figura 7- RGI de Maringá, IVS, 2010

Fonte: Ipea (2010).

Os municípios destacados em azul escuro (Maringá, Floresta, Marialva, Mandaguaiçu, Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí, Ourizona, Iguaraçu, Flórida e Santa Fé), representam a classe muito baixa, variando de 0 a 0,2. Em azul claro, os municípios pertencentes a classe de baixa vulnerabilidade, Sarandi, Munhoz de Melo, Astorga, Mandaguari, Itambé, Ivatuba,

Doutor Camargo, Floraí, Nova Esperança, Uniflor, Ângulo e Atalaia contemplam essa classe com valores entre 0,2 e 0,3. O único município que apresenta o índice médio (0,3 a 0,4) é Paiçandu, sendo o mais vulnerável socialmente de acordo com os dados de 2010.

3.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice de caráter universal utilizado para medir o desenvolvimento humano de países ou regiões. Ele é calculado desde 1990 para todos os países do mundo. Em 2013, a FJP (Fundação João Pinheiro), o Ipea e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) Brasil, assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. A partir da metodologia adotada, também realizaram os cálculos para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios.

O IDHM no Brasil segue as mesmas três dimensões do IDH global (saúde, educação e renda), mas vai além por adequar a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento municipal e para alcançar tal representação, mais de 200 indicadores convergem em três componentes essenciais para a vida das pessoas: a Longevidade, essencial para alcançar uma vida plena, buscando evitar a morte prematura e promover um ambiente saudável; Educação, Fundamental para a autonomia e o desenvolvimento humano, capacitando as pessoas a fazerem escolhas sobre seu futuro; e Renda, Crucial para o acesso a necessidades básicas, como água, comida e abrigo (PNUD; IPEA e FJP, 2013).

O IDHM de cada município é a média geométrica desses três componentes, de modo a resultar um valor entre 0,0 e 1,0. Quanto mais próximo de 1,0, melhor as condições de desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de 0,0, pior. Dessa forma, o índice de 0 a 0,499 é considerado muito baixo; 0,5 a 0,599 baixo; 0,6 a 0,699 médio; de 0,7 a 0,799 alto; e de 0,8 a 1,0 muito alto.

Os mapas apresentados a seguir tiveram suas classes definidas conforme as classes de avaliação do próprio índice, mas neste caso, não existe uma paleta de cores específica e padronizada. Em 2000, conforme mostra a Figura 8, é notável a inexistência de municípios na classe muito baixo e muito alto. A maioria apresenta um IDHM Médio, situando-se entre 0,6 e 0,7. Por outro lado, Uniflor e Paíçandu destacam-se com os menores índices da área de estudo, considerados baixos, oscilando entre 0,5 e 0,6. Maringá é o único município que se destaca na classe de IDHM alto, situado na faixa entre 0,7 e 0,8.

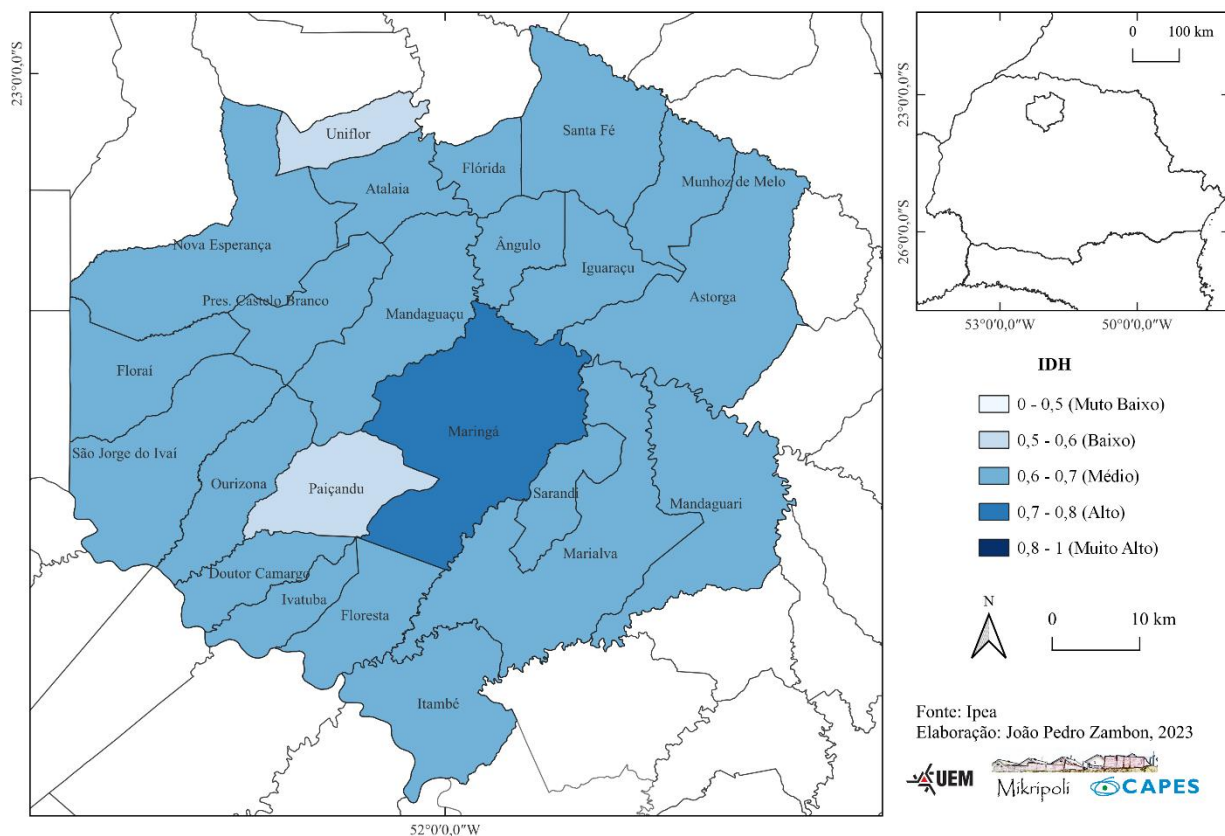


Figura 8 - RGI de Maringá, IDHM, 2000

Fonte: Ipea (2000).

No ano de 2010, o mapa da Figura 9 revela que apenas o município de Sarandi apresenta um índice na faixa de 0,6 a 0,7 (Médio), sendo o mais inferior em comparação aos demais municípios da região. Por sua vez, com exceção de Maringá, que novamente adota o maior índice com valores de 0,8 a 1,0, elevando-se para classe muito alto, todos os demais municípios registraram um IDHM na faixa de 0,7 a 0,8 (Alto).

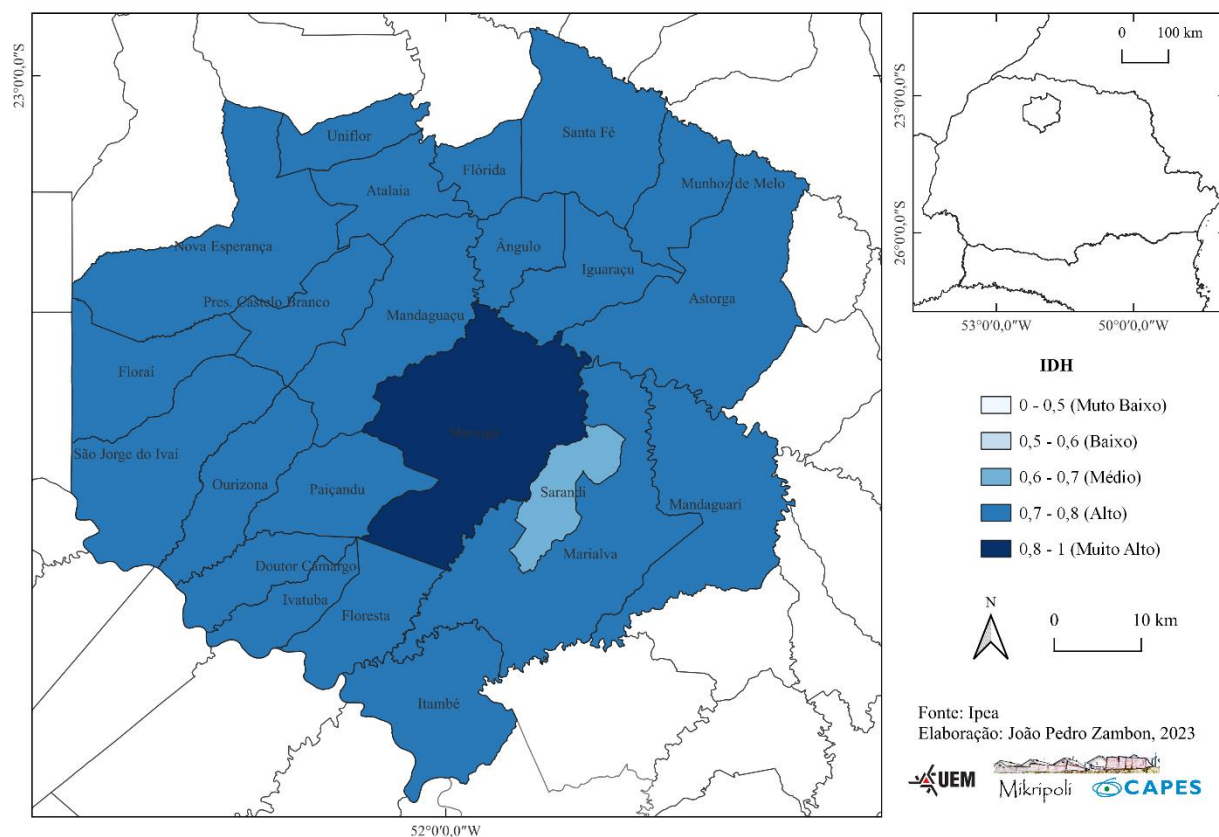


Figura 9 - RGI de Maringá, IDHM, 2010

Fonte: Ipea (2010).

De modo geral, a região testemunhou uma redução na presença de municípios nas classes mais baixas, sugerindo esforços e progressos nas condições de vida e desenvolvimento humano, indicando avanços nas áreas sociais, econômicas e educacionais o longo desse período.

4 PERCEPÇÕES DECORRENTES DA LEITURA

A análise temporal adotada revela melhorias gerais nos índices ao longo da década, o que indica um progresso nos municípios da Região Imediata de Maringá. No entanto, os propositores desses índices também reconhecem que cada um deles tem limitações específicas que motivam a busca pela construção de novos modelos que possam superar ou complementar as lacunas dos anteriores.

Cada um dos indicadores abordados neste trabalho oferece uma perspectiva única sobre o desenvolvimento da região, mas também apontam para desafios e necessidades de uma formulação mais abrangente de políticas públicas. O Quadro 1 retrata de maneira resumida os municípios da RGI de Maringá com os melhores e piores índices.

Quadro 1 - Região Imediata de Maringá, Municípios com os Melhores e Piores Índices

INDICADOR	MUNICÍPIOS COM MELHORES ÍNDICES	MUNICÍPIOS COM PIORES ÍNDICES
Gini	Menor Desigualdade da Região: 2000: Floresta, Paiçandu, Floraí, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Uniflor, Flórida, Sarandi. 2010: Uniflor, Paiçandu, Floresta, Itambé.	Maior Desigualdade da Região: 2000: Munhoz de Mello, Ângulo, Astorga, Marialva, Itambé, Ivatuba, Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí, Maringá. 2010: Astorga.
PIB per capita	Maiores Valores de PIB per capita: 2000: Maringá, Iguaraçu, Floraí, São Jorge do Ivaí, Ourizona. 2010: Maringá, São Jorge do Ivaí, Floraí, Iguaraçu, Marialva.	Menores Valores de PIB per capita: 2000: Santa Fé, Nova Esperança, Mandaguaçu, Paiçandu, Sarandi. 2010: Munhoz de Mello, Flórida, Mandaguaçu, Paiçandu, Sarandi.
IVS	Baixa Vulnerabilidade: 2000: Maringá, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Floresta, Marialva, Flórida. Muito Baixa Vulnerabilidade: 2010: Maringá, Floresta, Marialva, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí, Ourizona, Iguaraçu, Flórida, Santa Fé.	Alta Vulnerabilidade: 2000: Nova Esperança, Atalaia, Ângulo, Paiçandu. Média Vulnerabilidade: 2010: Paiçandu.
IDHM	Alto Desenvolvimento: 2000: Maringá. Médio: Todos os demais municípios. Muito Alto Desenvolvimento: 2010: Maringá. Alto: Todos os demais municípios.	Baixo Desenvolvimento: 2000: Uniflor, Paiçandu. Médio Desenvolvimento: 2010: Sarandi.

Fonte: Datasus, IBGE, Ipea, AtlasBR (2000 e 2010).

No Índice de Gini, a leitura revelou transformações notáveis na distribuição de renda. Em 2000, destaca-se a intensidade da desigualdade, com municípios apresentando diferentes níveis, desde moderados até significativos. No entanto, em 2010, percebe-se uma alteração marcante com alguns municípios registrando uma diminuição considerável na desigualdade, enquanto outros

mantiveram ou até ampliam suas disparidades, como exemplificado por Astorga. A leitura desses dados destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para promover uma distribuição mais equitativa de renda, reconhecendo as dinâmicas socioeconômicas locais.

Na leitura do PIB per capita, dentre os municípios com maiores rendas na região, destacou-se Maringá, Iguaraçu, Floraí, São Jorge do Ivaí e Ourizona, que mantiveram-se nas faixas de PIB per capita mais elevado ou na faixa anterior, evidenciando um crescimento econômico consistente ao longo dos anos. Estes municípios, mantiveram um crescimento econômico que, embora positivo, não necessariamente se converteu em melhor qualidade de vida para toda a população. Por outro lado, municípios como Paiçandu, Flórida, Santa Fé e Sarandi apresentaram os menores índices de crescimento indicando possíveis desafios econômicos e sociais. Entretanto, é necessário ressaltar que este indicador pode não significar uma elevação de renda e de igualdade social ao longo do período, visto que ele mostra a riqueza média gerada, mas não mostra a desigualdade.

A partir da leitura do IVS, percebe-se que, ao longo da década, houve avanços expressivos nos municípios da região nas áreas de infraestrutura, capital humano e oportunidades de emprego, ressaltando a necessidade de estratégias de desenvolvimento socioeconômico que abordem essas três dimensões de maneira equitativa. Entretanto, Paiçandu ainda exige atenção, pois apesar de ter reduzido sua alta vulnerabilidade em 2000 para média em 2010, permanece como o único município da região nesta categoria.

Quanto ao IDHM, os dados indicam uma redução significativa no número de municípios classificados nas faixas mais baixas do índice, o que sugere uma melhora nas condições humanas e sociais de vida da população. Entretanto, a representação cartográfica deste indicador revela que as classes propostas pelo índice não capturam completamente as oscilações entre os municípios, o que pode dificultar a análise detalhada das disparidades regionais. E ainda que a maioria dos municípios tenha apresentado avanços, é necessário um olhar mais crítico para os dados de municípios que estagnaram ou apresentaram crescimentos menos significativos, uma vez que esses podem indicar algum tipo de vulnerabilidade.

É pertinente reiterar que para a leitura não basta um índice, mas um conjunto deles. Os indicadores como outros dados quantitativos servem para alertar sobre determinados processos, mas que para compreender com detalhe, é necessário complementar com procedimentos mais detalhados quanto aos casos que chamam mais atenção. Por isso, os

procedimentos de pesquisa devem ser somados, incluindo trabalhos de campo e os de ordem qualitativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da leitura em torno dos índices de Gini, PIB per capita, IVS e IDHM, foi possível perceber que as pequenas localidades não estão imunes aos desafios socioeconômicos, revelando uma realidade dinâmica em que enfrentam diferentes níveis de desigualdade, vulnerabilidade social e desenvolvimento humano.

Os indicadores analisados revelam a diversidade das condições de vida da população da área de estudo. No entanto, seu enfoque na dimensão espacial não diferencia o território, tratando o município, tanto urbano quanto rural, de maneira homogênea. Isso resulta em divergências intraurbanas que não refletem as complexidades socioespaciais presentes na cidade.

Também é válido mencionar que a média utilizada na obtenção dos dados pode eventualmente mascarar números, como exemplificado por um município com indicadores críticos de renda, mas que pode apresentar números satisfatórios em outros quesitos. É o caso de Paçandu, que aparece com alta vulnerabilidade social em 2000 e média em 2010 e está entre os municípios com menores índices de desenvolvimento humano em 2000, entretanto, está entre os municípios com os melhores índices de Gini.

De modo geral, as análises realizadas não destacaram apenas os desafios enfrentados, mas também enfatizaram a necessidade de abordagens integradas e de políticas públicas eficazes para promover um desenvolvimento favorável, a fim de melhorar as condições humanas e sociais de vida dos residentes da Região Imediata de Maringá.

Todavia, reitera-se a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender as razões por trás das mudanças ocorridas e orientar estratégias mais específicas de desenvolvimento econômico e social, além da necessidade de trabalhar com dados atualizados, entretanto, a indisponibilidade destes impede o processo. Por sua vez, ao utilizar os dados de 2000 e 2010 por exemplo, surge a possibilidade de compará-los com os de 2022 em futuras pesquisas, a fim de que a partir de análises comparativas, possa ser identificado a evolução ou regressão dos indicadores trabalhados, para que diante dos possíveis resultados e discussões, as gestões municipais possam buscar a implementação ou melhorias de políticas públicas, para que consequentemente, os

moradores das cidades que abrangem a área de estudo possam ter uma melhor condição humana e social de vida.

6 REFERÊNCIAS

DESMARAIS, R. Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne. **Cahiers de Géographie du Québec**, Saint-Foy, Quebec, v. 28, p. 355-364, 1984.

ENDLICH, A. M; ALVES, L. M; TEIXEIRA, J. C. Região Intermediária de Maringá: Formação Socioespacial e suas Pequenas Cidades/Localidades. *In*: SILVA, P. F. J da. *et al* (orgs). **CIDADES pequenas no contexto brasileiro: perspectivas de estudo**. Porto Alegre - RS: Total books, 2023. cap. 4, p. 69-86.

GODOY, D.; SOARES, P. R. Nexos entre indicadores sociais, espaço, tempo e ação política em Porto Alegre. **CaderNAU**. [S.l.], v. 10, n. 1, p. 138–156, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/6809>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GOTARDO, D. M. **Polos e áreas de influência: uma proposta de regionalização econômica para o estado do Paraná**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 83 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Desafios do desenvolvimento: Índice de Gini**. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 12 jan. 2024.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2001. 141p. Disponível em: http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:aulas-2014:leituras:jannuzzi_2001_indicadorestociaisnobrasil_conceitosbasicos.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.

MIKRIPOLI. **Por uma Geografia Urbana mikripolitana!** (2021). Disponível em: https://issuu.com/mikripoli/docs/por_uma_geografia_urbana_mikripolitana. Acesso em: 10 nov. 2023.

MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica.** 2005. 105 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/setembro2011/geografia_artigos/6tese_indicadores.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

ORSI, R. A. **Reflexões sobre o Desenvolvimento e a Sustentabilidade: O que o IDH e o IDHM Podem nos Mostrar?** 2009. 169 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/aaf3ed16-89d2-4165-9032-66aefea805e3/content>. Acesso em: 01 dez. 2023.

PNUD; IPEA; FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013. 96 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Data de recebimento: 22 de março de 2024.

Data de aceite: 18 de outubro de 2024.